

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado

relatório DA PRESIDÊNCIA

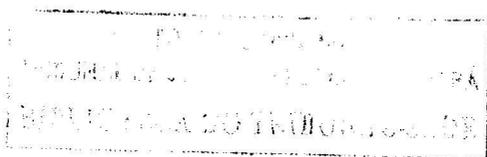
Exercício-1975. Belém-Pará

41.4192509811

221r

Ex.1

**RELATÓRIO APRESENTADO PELO DESEM-
BARGADOR RICARDO BORGES FILHO, PRESIDEN-
TE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
PARÁ, NA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO
ANO JUDICIÁRIO, REALIZADA A 4.2.1976**



SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - ATIVIDADES JUDICANTES	4
2.1 - Composição do Tribunal	4
2.2 - Sessões do TJE	5
2.3 - Conselho da Magistratura	5
2.4 - Corregedoria Geral da Justiça	6
3 - FALECIMENTO DE MAGISTRADOS	6
4 - ATIVIDADES JUDICIÁRIAS SOCIAIS	6
4.1 - Dia da Justiça	8
4.2 - Confraternização Natalina	6
5 - NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, PERMUTAS E RECONDUÇÕES	7
5.1 - Comarcas vagas	
6 - SECRETARIA DO TJE	7
6.1 - Funcionalismo	7
6.2 - Publicação de Acórdãos	8
6.3 - Publicação da Resenha Forunse	8
7 - DIRETORIA DO FORUM	8
8 - REPARTIÇÃO CRIMINAL	8
9 - BIBLIOTECA E ARQUIVO	8
10 - MUSEU JUDICIÁRIO	9

11 – CURSO DE FRANCÊS	9
12 – AGÊNCIAS DO JUIZADO DE MENORES NO AEROPORTO E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	9
13 – POSTO DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	10
14 – ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA	10
14.1 – Salão de Recepções	11
14.2 – Gabinete da Presidência	12
14.3 – Almojarifado	12
14.4 – Sala dos Motoristas	12
14.5 – Engraxates	12
15 – CONCLUSÃO	13

No mar tanta tormenta, e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida !
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida!

Camões — Os Lusíadas — Canto I —
CVI

1 — INTRODUÇÃO

Senhores Desembargadores

Cumprindo dispositivo do Código Judiciário apresentamos, nesta oportunidade, a V.V.Exas., um relato das atividades desta Presidência no exercício de 1975.

Eleito em novembro de 1974 juntamente com os Exmos. Desembargadores Manoel Cacella Alves e Raymundo Hélio de Paiva Mello, estes, para as funções de Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça, respectivamente, tomamos posse na Presidência do Poder Judiciário Paraense na sessão inaugural do ano judiciário recém-findo, sucedendo ao ilustre e digno Desembargador Agnato Monteiro Lopes, que por largo tempo dirigiu, com retidão e galhardia, este Poder Constitucional.

Coincidiu nossa investidura com o advento do novo Governo Estadual, possibilitando, assim, o estabelecimento de parâmetros que têm orientado as relações entre o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, tendentes à manutenção da recíproca harmonia, apreço e independência que devem caracterizar a convivência dos órgãos estatais. Desde o início de nosso mandato, nos

contactos oficiais mantidos com o Chefe do Poder Executivo, pudemos aferir a sensibilidade de S. Exa. para os problemas judiciários, de pronto traduzida na mensagem que encaminhou à Assembléia Legislativa propondo substancial aumento de vencimentos que, transformada em lei, veio ao encontro das aspirações da classe.

Tal providência ensejou a esta Presidência solicitar ao Egrégio Plenário a reabertura do prazo para inscrição ao concurso de juiz, porquanto o estabelecimento de novos níveis de vencimentos propiciaria, como realmente aconteceu, maior interesse pela carreira de magistrado; assim, as inscrições tiveram um acréscimo de mais 23 candidatos, perfazendo o total de 73 pedidos de inscrição, sendo nosso desejo realizar referido concurso no primeiro trimestre do presente ano.

Procuramos desde o início da nossa gestão dar ao magistrado em geral, e particularmente ao do interior do Estado, condições materiais que o ajudasse no desempenho de sua alta missão social; assim, expedimos ofício-circular a todas as comarcas solicitando aos doutores juízes que requeressem material de expediente necessário aos trabalhos forenses, excluindo do mesmo o empregado pelos cartórios nos feitos não beneficiados pela gratuidade, sendo satisfatório anotar, nesta oportunidade, que, das 39 comarcas existentes em nosso Estado, 28 foram, juntamente com seus Termos, beneficiadas por essa providência salutar sob todos os aspectos, porquanto tendente a liberar o magistrado de influências estranhas ao Poder a que pertence.

Nessa linha de raciocínio tivemos oportunidade de pleitear à Comissão da Amazônia da Câmara Federal, lucidamente presidida pelo Deputado Federal Alacid da Silva Nunes, por ocasião de sua instalação nesta capital, a interferência da mesma junto aos órgãos competentes, no sentido de dotar a as comarcas interioranas de casa própria para o Juiz de Direito e de bibliotecas padronizadas que permitissem ao magistrado melhor atuação judicante. Com imensa satisfação fomos informados por aquele ilustre parlamentar que nossos pedidos, constantes da Exposição por nós apresentada, e do conhecimento de V.V. Exas., não só tiveram a melhor acolhida por parte da Comissão da Amazônia, como, ainda, foram encaminhados aos Ministérios da Justiça e do Interior, onde se encontram na expectativa de atendimento.

Entretanto, não somente o respaldo material procuramos oferecer aos senhores magistrados para o melhor desempenho de suas nobilitantes funções; demos-lhes, sempre, o calor de nossa atenção, de nosso estímulo, de nossos aplausos, procurando manter, de forma límpida, o legado moral transferido à nossa geração pelas que nos antecederam na ingente tarefa judicante. Somos daqueles que acham que a integridade da magistratura não decorre da retribuição material concedida à mesma, porém da exata compreensão e convicção, por parte de seus integrantes, das atribuições que lhes são conferidas. Dessa forma, contou sempre com nosso apoio o exercício autônomo e plenamente convicto da judicatura, alicerçado no livre entendimento, legalmente fundamentado, malgrado os interesses que, por certo, tais decisões possam atingir; assim, também, jamais compreenderemos as fórmulas acomodatórias, penumbrosas, meândricas.

Esforçamo-nos por continuar a manter o clima de perfeita harmonia e compreensão, respeitado o princípio constitucional de independência, entre o Judiciário e os chefes dos demais Poderes Constitucionais, honrando-nos os chefes dos mesmos com a reciprocidade de tal entendimento. Foi, assim, com profundo desvanecimento que recebemos as honrosas visitas de S.S. Exas. o Senhor Governador Aloysio da Costa Chaves e Vice-Governador, Professor Clóvis Silva de Moraes Rego, do Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Víctor Paz, do Prefeito Municipal de Belém, doutor Ajax d'Oliveira, que trouxeram ao Judiciário paraense o penhor de seu respeito e consideração. Tivemos, ainda, as honrosas visitas dos ilustres chefes das Forças Armadas sediadas nesta capital e com os quais mantivemos sempre as melhores relações de amizade.

O Tribunal de Justiça, como não poderia deixar de ser, tem mantido o mais fraternal relacionamento com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção local, em cuja Presidência vem se destacando, pelas realizações levadas a efeito, o ilustre e brilhante advogado, doutor Júlio Augusto de Alencar. Assim, contribuiu o Tribunal com decidido apoio moral e financeiro para as festividades programadas em comemoração à Semana do Advogado, realizando, em suas dependências, uma conferência do notável processualista Professor Dr. Egas Moniz de Aragão, bem como o coquetel de confraternização que marcou o término da referida semana comemorativa. Com as Justiças Especializadas, dá-se o mesmo clima de respeito e harmonia.

Tivemos, ainda, a honra de representar a magistratura local nos festejos programados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em março de 1975, a quando da inauguração, em Florianópolis, do edifício sede do Poder Judiciário catarinense. Nosso Tribunal, também, fez-se presente, através do Exmo. Desembargador Sílvio Hall de Moura, no III Encontro dos Magistrados Brasileiros, realizado na capital cearense, de 8 a 10 de agosto p.p.; ao Congresso de criminalística, levado a efeito em outubro último, em Porto Alegre (R S), onde fomos representados pelo Exmo. Desembargador Edgard Augusto Vianne; no Primeiro Encontro Paraense de Estudos Jurídicos, em Santarém, realizado sob o patrocínio da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, onde tivemos a oportunidade de pronunciar a segunda conferência do referido Encontro; no Simpósio sobre o Projeto do Código Civil, realizado a partir de 10. de dezembro último na cidade do Rio de Janeiro, através representação cometida ao Exmo. Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, que se encontra naquela capital.

Entretanto, não só a representação, por todos os modos necessários, deste Colegiado, foi objeto da atenção da Presidência; em nossa estada em São Paulo, em janeiro de 1975, mantivemos contacto com o então Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, ocasião em que solicitamos ao mesmo a oportunidade para que um dos funcionários da nossa Secretaria estagiasse ali, tendo, assim, oportunidade de apreciar e estudar, de perto, o mecanismo da secretaria da mais alta Corte paulistana; aceita a solicitação e colocada à disposição desta Presidência uma vaga de estagiário junto à Secretaria do Tribunal de Justiça de São Paulo, indicamos o doutor Luis Ercílio do Carmo Faria, chefe da Secretaria, para, na condição de observador, ali estagiar; no início de agosto passado, esse excelente funcionário embarcou e estagiou, pelo restante do mês, na Secretaria do Tribunal de Justiça paulista; inegável a experiência obtida e já materializada em várias providências por nós adotadas na tramitação dos processos neste grau de jurisdição. As observações colhidas pelo nosso diligente e digno Secretário foram objeto de Relatório que apresentou a esta Presidência, do conhecimento amplo de V.V. Exas., através da distribuição do referido documento.

2 – ATIVIDADES JUDICANTES

2.1 – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

O Egrégio Plenário viu-se, durante o ano de 1975, desfalcado, por

motivo de aposentadoria, de dois de seus mais ilustres membros, quais fossem os Exmos. Desembargadores Maurício Cordovil Pinto e Eduardo Mendes Patriarcha, que por várias décadas deram o melhor de suas vidas, de suas atividades, de seus sonhos e esperanças em benefício do Judiciário Paraense. É claro que suas vagas serão preenchidas por novos Desembargadores que serão bem-vindos, porém a lacuna por eles deixada na convivência diária, à qual nos habituamos, será insubstituível.

Em sua reunião ordinária, realizada a 19 do mês de novembro último, o Tribunal Pleno, atendendo ao preceituado na legislação em vigor, encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado lista tríplice para preenchimento, pelo critério de merecimento, da vaga até então destinada ao Exmo. Desembargador Maurício Cordovil Pinto, havendo o Chefe do Poder Executivo escolhido o nome do doutor Juiz de Direito Néelson Silvestre Rodrigues de Amorim, titular da 9a. Vara Cível da Comarca da Capital, para a nova desembargadoria. Sem detrimento dos demais componentes da lista tríplice, todos credores de nosso mais alto apreço, a escolha do novo Desembargador foi recebida com geral aplauso, inclusive entre seus colegas e jurisdicionados, porquanto o doutor Néelson Amorim, em todas as funções que ocupou, sendo a última como Diretor do Fórum, deixou a marca de seu equilíbrio, retidão e energia.

Posteriormente, em sessão levada a efeito a 26 do mesmo mês de novembro, o Colendo Tribunal encaminhou ao Chefe do Poder Executivo o nome do doutor Juiz de Direito, Ossiam Corrêa de Almeida, titular da 3a. Vara Cível da Comarca da Capital, como Juiz mais antigo à vaga por tal critério.

2.2 – SESSÕES DO T.J.E.

Durante o exercício de 1975, o Tribunal Pleno reuniu-se, ordinariamente 17 vezes, e extraordinariamente 3 vezes, tratando de assuntos administrativos e julgando feitos de sua competência.

Por sua vez as Câmaras Reunidas Criminais e Cíveis reuniram-se 35 vezes e as Câmaras Isoladas, Criminais e Cíveis, reuniram-se: as Primeiras, 36 vezes; as Segundas, também 36 vezes; as Terceiras, 35 vezes.

2.3 – CONSELHO DA MAGISTRATURA

Referido órgão disciplinador, integrado pela Presidência e Exmos. Desembargadores Oswaldo Pojucan Tavares, Ary da Motta Silveira, Edgard Lassance Cunha, Manoel Christo Alves Filho e Procurador Geral do Estado, Almir de Lima Pereira, reuniu-se 16 vezes, em cumprimento das atribuições

que lhe são cometidas.

2.4. — CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Esse importante órgão de colaboração do Poder Judiciário, sob a direção do ilustre Desembargador Raymundo Hélio de Paiva Mello, vem desenvolvendo importante trabalho setorial, cujos detalhes, consignados em documento próprio, seguem em anexo.

3 — FALECIMENTO DE MAGISTRADOS

Com grande pesar consignamos o falecimento, em 1975, dos Desembargadores aposentados Arnaldo Valente Lobo e Curcino Loureiro da Silva, ambos ex-Presidentes do Tribunal, havendo o primeiro exercido a Chefia do Executivo, em razão de preceito constitucional, motivo pelo qual seus funerais foram custeados pelo Governo do Estado, enquanto os do segundo o foram por este Tribunal, saindo ambos os féretros do Palácio da Justiça. Em suas homenagens foram realizadas sessões especiais, com a presença de magistrados, advogados, promotores e familiares dos extintos.

Também no ano recém findo faleceu nesta capital o doutor João Batista Klautau de Araújo, Pretor do Termo de Aveiro, Comarca de Itaituba, ao qual, em nome do Tribunal, tributamos nossas homenagens.

4 — ATIVIDADES JUDICIÁRIAS SOCIAIS

4.1 — DIA DA JUSTIÇA

Como acontece anualmente, o Poder Judiciário comemorou, solenemente, a data de 08 de dezembro, destinada ao Dia da Justiça. Pela manhã foi oficiada a Santa Missa, pelo Monsenhor Faustino de Brito, na Catedral Metropolitana; mais tarde, às 10 horas, foi realizada sessão solene no Plenário do Tribunal, ocasião em que foram homenageados os Exmos. Desembargadores Maurício Cordovil Pinto e Eduardo Mendes Patriarcha, representados na ocasião por suas famílias, falando em nome deste Colegiado o Exmo. Desembargador Edgar Lassance Cunha e pelo Ministério Público e Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil o ilustre professor e advogado doutor Aldebaro Cavallero de Macedo Klautau.

4.2 — CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA

A quando da última sessão do Tribunal de Justiça, ao ensejo da mensagem do Natal por nós dirigida aos nossos pares, ofertamos a cada um dos

integrantes do Egrégio Colegiado um volume autografado pelo autor, a cada Desembargador, nominalmente, do "Novo Dicionário Aurélio", do renomado filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Posteriormente realizou-se no hall do 4º andar a festa de confraternização do Poder Judiciário, presidida, em decorrência de nossa viagem ao sul do país, pelo Exmo. Desembargador Vice-Presidente, Manoel Cacella Alves, participando da mesma magistrados, escrivães, serventuários, funcionários do Poder Judiciário, integrantes e funcionários do Ministério Público e advogados.

5 – NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, PERMUTAS E RECONDUÇÕES

Durante o ano de 1975 tivemos as seguintes nomeações: para Desembargador, 1; Pretor da Capital, 1; Pretores do Interior, 5; Suplentes de Juízes, 26; Auditor substituto, 1.

Foram, ainda, convocados 2 Juízes do Interior para funcionarem na Capital, como substitutos nas 1a., 2a., 3a., e 4a. Varas Perfeitas; houve, ainda, 1 permuta entre Juízes do Interior. Foram feitas 7 remoções de Pretores do Interior e 21 pedidos de recondução de Pretores do Interior.

5.1 – COMARCAS VAGAS

Continuam vagas as comarcas de Afuá, Alenquer, Oriximiná, Santarém (1a. Vara), Itaituba e Chaves, sendo que para Oriximiná houve pedido de remoção feito pela doutora Juíza de Direito da 2a. Vara de Santarém, não havendo, até o momento, o Executivo baixado qualquer ato a respeito.

6 – SECRETARIA DO T.J.E.

Esse importante departamento, fundamental na sistemática administrativa, sob a orientação lúcida do doutor Secretário, assessorado, também, pelo não menos diligente doutor subsecretário, desenvolveu, durante o ano recém findo, eficiente trabalho, constando, da exposição que segue em anexo, os detalhes de suas atividades.

6.1 – FUNCIONALISMO

Durante o exercício de 1975 foi-nos possível conceder dois aumentos aos funcionários do Tribunal de Justiça; a situação por nós encontrada, com referência a funcionários não concursados, mas que realmente prestam serviços, persiste, esdruxulamente, sendo nossa intenção proceder concurso tão

logo possamos fazê-lo.

6.2 – PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Foram remetidos, para efeito de publicação na Imprensa Oficial do Estado, 490 Acórdãos referentes ao Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas e Câmaras Isoladas; 18 Acórdãos do Conselho da Magistratura.

6.3 – PUBLICAÇÃO DA RESENHA FORENSE

Não há dúvida que constitui um serviço de indesmentível utilidade a publicação da Resenha forense; não podemos dizer se, anteriormente, era a mesma publicada; porém, como advogado que fomos, sabemos, perfeitamente, o alcance prático de tal medida, que dá ampla publicidade aos atos processuais, contribuindo, grandemente, para a celeridade dos feitos. Em virtude da sistemática por nós adotada de publicar, no *Diário Oficial*, somente a ementa das decisões colegiadas, conseguimos, naquele órgão publicitário, espaço físico que aproveitamos para a publicação da Resenha Judiciária, num esforço sincero de auxiliar, sobretudo, a ilustre classe dos advogados.

7 – DIRETORIA DO FORUM

A direção do Forum, durante o exercício de 1975, coube, inicialmente, ao doutor Stéleo Bruno dos Santos Menezes, porém, face à convocação do mesmo para, na qualidade de juiz convocado, integrar as Câmaras do Egrégio Tribunal, substituiu-o o doutor Nélson Amorim; a escolha desse magistrado pelo Chefe do Poder Executivo para uma das desembargadorias fez com que assumisse tal comissão o doutor Romão Amoedo Neto, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca da Capital, sendo o relato das atividades desse importante setor objeto do anexo específico.

8 – REPARTIÇÃO CRIMINAL

Constam de documentos próprio apresentado a esta Presidência as atividades referentes à Repartição Criminal.

9 – BIBLIOTECA E ARQUIVO

Continuamos à aquisição de obras jurídicas para a biblioteca do Tribunal e readmitimos a Senhora Terezinha Silva Nascimento, titulada em bibliote-

conomia pela Universidade Federal do Pará, que anteriormente havia prestado sua colaboração nesse importante setor, de onde se afastara por conveniência particular.

Solicitamos à Universidade Federal do Pará seu concurso para organizar, sob moldes técnicos, o arquivo morto do Tribunal, havendo o Magnífico Reitor, Professor doutor Clóvis da Cunha Malcher, acedido ao nosso pedido e colocado à disposição do Tribunal uma equipe de alunas do curso de biblioteconomia, que, sob a direção da titulada Maria Cristina Montenegro Duarte Lira, vem, há vários meses, organizando esse importante setor.

10 – MUSEU JUDICIÁRIO

Esse interessante departamento continuou a contar com a atenção e o irrestrito apoio da Presidência, que nele vê inegável valor sócio-jurídico. Em uma de nossas estadas no Rio de Janeiro procuramos contratar uma museóloga para organizar, tecnicamente, referida secção, não sendo possível, entretanto, em vista de o orçamento que nos foi apresentado para esse fim onerar, grandemente, nossas disponibilidades. É de toda justiça, porém, ressaltar o desvelo da funcionária Rita da Costa Jurema, encarregada do mesmo.

Durante 1975, o Museu Judiciário foi visitado por 1.074 pessoas, incluindo delegações de vários colégios.

11 – CURSO DE FRANCÊS

Continua a ser ministrado pela professora Marialva Lamarão de Castro Ribeiro o curso de Francês mantido, há vários anos, pelo Tribunal, tendo sido o mesmo facultado aos senhores juízes e funcionários.

12 – AGÊNCIAS DO JUIZADO DE MENORES NO AEROPORTO E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Observamos em São Paulo, no Aeroporto de Congonhas, a instalação de uma Agência do Juizado de Menores; ao assumirmos esta Presidência, entramos em contacto com o *Infraero* e administração da Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará, solicitando suas colaborações para instalar, no Aeroporto de Val-de-Cans e Estação Rodoviária, agências do Juizado

de Menores para fornecimento de autorização para viagens, porquanto um dos problemas em que se debatia o doutor titular da Vara de Menores era, sem dúvida, o acúmulo diário de pedidos de autorização para viajar, com intermináveis filas de interessados nos corredores do Juizado, gerando, muitas vezes, balbúrdia; agravava a situação a impossibilidade da obtenção de licenças nos feriados forenses. A instalação das Agências, com o credenciamento de Comissários dentre o pessoal da administração do Aeroporto e Estação Rodoviária, vem alcançando, plenamente, o objetivo para o qual foram criados.

13 – POSTO DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

A quando da nossa investidura na Chefia do Judiciário, os pagamentos referentes ao mesmo estavam atribuídos ao Bradesco; sempre pensamos, porém, que tal cometimento deveria ser dado a um órgão bancário estatal, de preferência ao Banco do Estado do Pará S.A., num incentivo e apoio à política financeira de um estabelecimento estatal da área. A coincidência de nossa investidura e da eleição e posse da atual diretoria do Banco do Estado do Pará S.A. deu maior consistência ao que pretendíamos, materializando nosso objetivo com a instalação de um Posto do referido órgão bancário no edifício do Palácio da Justiça para atender aos encargos vinculados ao Poder Judiciário. Referido Posto foi inaugurado a 11 de agosto de 1975, com a honrosa presença do Exmo. Vice-Governador do Estado, Prof. Clóvis Silva de Moraes Rego, que na ocasião chefiava o Executivo Paraense, da Diretoria do Banco, tendo à frente seu infatigável Presidente, desembargadores, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção local, juízes, advogados, etc. A inauguração em referência integrou as festividades com que o Poder Judiciário associou-se às comemorações da Semana do Advogado. O Posto do Banco do Estado do Pará S.A. do Palácio da Justiça vem prestando reais serviços não só à magistratura, mas, também, aos senhores escrivães, serventuários, funcionários do Judiciário e classe dos advogados.

14 – ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Constitui, no orçamento do Judiciário, pesado encargo a manutenção e conservação do Palácio da Justiça; porém, o que o mesmo representa em termos de conforto, comodidade, decência e dignidade para o fim a que se

destina, justifica e compensa o ônus de sua manutenção.

Continua a cargo da empresa especialista no assunto, Limpadora Q. Briho, o serviço de limpeza do Palácio da Justiça. Referida firma, desde a instalação dos serviços judiciários no prédio em que nos encontramos, tem a responsabilidade desse encargo, obtido através concorrência pública, e, anualmente, tem tido sua contratação prorrogada, mediante atualização do pagamento dos serviços, na base do aumento concedido ao salário-mínimo da região.

Objetivando facilitar a aposição de editais, anteriormente afixados em um único quadro, mandamos confeccionar novos quadros, em alumínio, de acordo com as estruturas utilizadas no Palácio da Justiça, divididos em 3 partes, destinando-se cada uma a determinado Cartório, cuja chave ficou na posse do titular do mesmo; um quadro idêntico foi colocado à entrada da Secretaria do Tribunal, para afixação de editais e ordens de serviço.

Mandamos confeccionar na firma Artemasa novas placas, em estilo, para cima das bancadas do Plenário, com o nome do respectivo desembargador, porquanto não se coadunavam com a suntuosidade do recinto as placas, em acrílico, anteriormente usadas. Pela mesma firma, foram, ainda, mandados fazer, dois grandes bancos, em estilo colonial, que ornamentam o saguão onde estão colocados os retratos dos ex-presidentes do Tribunal.

Com o intuito de propiciar mais comodidade a quantos trabalham e exercem suas atividades no edifício-sede do Judiciário, mandamos fazer, também pela Artemasa, um grande balcão de madeira almofadada, que ficou colocado no hall do andar térreo, entre os elevadores, e ali instalamos a Portaria do Forum e uma agência do Diário Oficial do Estado. Ainda pela Artemasa foram confeccionados 40 bancos, em régua de madeira, para substituir os antigos que se encontravam nos corredores do Forum, em desacordo com o estilo do prédio. Mandamos proceder o revestimento em régua de alumínio de todas as cantoneiras do 4o. andar, a fim de melhor preservá-las de baques, principalmente do instrumental de limpeza que as vinham danificando. Procedemos, ainda, o conserto de várias janelas e portões, de alumínio, do Palácio da Justiça, já danificadas pelo uso e pelo tempo.

14.1 – SALÃO DE RECEPÇÕES

O magnífico Salão de Recepções foi enriquecido com a aquisição de elegante tela, a óleo, do renomado pintor Jozant, representando uma figura de mulher; adquirimos, ainda, no antiquário Lanco, belíssima mobília francesa, em estilo, composta de sofá, duas poltronas, uma gôndola, mesa de centro,

com pedra-mármore, dois espelhos e dois consoles, com mármore, atribuindo-se a restauração do conjunto à decoradora Maria Helena Alfinito.

14.2 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Por todos os motivos era incômoda a falta de divisão no Gabinete da Presidência, local onde os assuntos reservados são trazidos ao conhecimento da Chefia do Judiciário. Procuramos contornar tal situação, sem quebrar o estilo do prédio, contratamos com a Casabella a feitura da necessária e imprescindível divisão, feita de maneira a permitir o seu deslocamento quando assim entender a Presidência.

14.3 – ALMOXARIFADO

A política observada no sentido de dotar as Comarcas e Termos interiores de material necessário às suas atribuições judiciárias obrigou-nos a estocar apreciável quantidade de material de expediente; assim, destinamos uma das salas do andar térreo para tal finalidade, aparelhando-a com móveis de aço adquiridos na firma local Imaço, atribuindo, ainda, o atendimento dos pedidos formulados a um funcionário, almoxarife, sob a supervisão do doutor Secretário. Forneceu-se, assim, farto material de expediente, impresso em máquina **off-set**, para a Secretaria, Tesouraria e Serviço de Contabilidade do Tribunal; Corregedoria Geral da Justiça, Diretoria do Forum; Comarcas e Termos do interior, tudo devidamente registrado, conforme os pedidos feitos e autorizados pela Presidência.

14.4 – SALA DOS MOTORISTAS

À entrada direita do andar térreo instalamos uma sala para os motoristas do Judiciário, dotada do imprescindível conforto aos mesmos, para melhor desempenho de suas obrigações. Dota-mo-la de armário para cada motorista, e um para o vigia, além de cama desmontável, marca Probel, para pernoite, quando necessário; colocamos, também, um conjunto estofado e jogo de dama, para as horas de lazer.

14.5 – ENGRAXATES

Procurando colaborar com a Fundação do Bem Estar do Menor, solicitamos ao diligente Presidente da mesma que colocasse, sob o patrocínio desta, serviço de engraxate no Palácio da Justiça, para uso indiscriminado; prontamente atendidos, dois menores foram instalados no andar térreo e, com material fornecido pela Funabem, passaram a exercer suas humildes, porém dignificantes tarefas.

15 – CONCLUSÃO

Tais foram, senhores Desembargadores, as providências levadas a efeito no decorrer do nosso primeiro ano de mandato; esta, em traços gerais, a situação do Poder Judiciário paraense. Necessário se torna, por um princípio de justiça, que consignemos o irrestrito apoio que os órgãos dirigentes do mesmo têm recebido de toda a magistratura e de todo o funcionalismo. Tal fato, sobretudo, constitui alento para prosseguirmos desempenhando a honrosa missão que nos foi atribuída e, que, mercê de Deus, haveremos de levar a contento.

ANEXOS

**RELATÓRIO APRESENTADO À PRESIDÊNCIA DO TJE PELO
DESEMBARGADOR RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO,
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, RELATIVO AO ANO
JUDICIÁRIO DE 1975**

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra em apresentar a Vossa Excelência, para os ulteriores de direito, em forma sucinta, o Relatório dos principais atos e diligências realizadas pelo Corregedor no decorrer de 1975.

É de todo oportuno ressaltar, em primeiro lugar, que o Corregedor apenas conta com a colaboração de uma Escrivã, um Oficial de Justiça, uma Protocolista e duas Servidoras, a título de serviços prestados. Essa deficiência do quadro de auxiliares, que bem fala da inexistência de infraestrutura adequada às necessidades, por sua evidente precariedade, teria, como de fato ocorreu, necessariamente de influir em um movimento de trabalhos pouco lisonjeiro, contrariamente ao que desejaria apresentar.

No quadro anexo, fornecido pela Escrivania da Corregedoria, estão mencionados, em grupos, os principais atos e diligências levadas a efeito. Dentre eles, merecem maior relevo, a par dos pareceres e despachos em Reclamações e Representações, os seguintes: 1o. — ATOS: a) Exposição de motivos ao Egrégio Tribunal sobre o acúmulo de processos na Repartição Criminal, redundando em atraso em sua tramitação, o que resultou na convocação dos Doutores Pretores de Ananindeua, Acará, Barcarena e Bujaru, Termos anexos desta Comarca, para servirem como Preparadores nas Varas Penais; b) Exposição de motivos ao mesmo Colegiado sobre a situação enfrentada pelos Magistrados, face ao artigo 446 e § único, da Resolução no. 7, quando a Cadeia Pública ou a Delegacia de Polícia não oferece condições de segurança e inexistente verba para alimentação, a transferência do preso para o "São José", dado sua periculosidade, se torna imperativa, decidindo o Plenário delegar poderes ao Corregedor, para, em cada caso concreto e excepcionalmente, autorizar o internamento, no Presídio, do preso do interior não definitivamente julgado; c) Portaria disciplinando a concessão de licença a presos de justiça, em Belém, para tratamento de saúde, visto não existir no "São José" Enfermaria e demais condições para essa finalidade, e no interior para trabalhar, quando o Juiz não contar com verba para sua subsistência e se tratar de preso pobre;

d) Portaria disciplinando a tramitação de Reclamações na Corregedoria; e) Portaria aprovando a escala dos Juízes de Direito para julgamento de Habeas Corpus durante o ano judiciário; f) Portaria ordenando aos Juízes de Direito procederem correições em suas Comarcas; g) Portaria adotando os termos da Portaria 253/75, do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, após entendimentos do Corregedor com essa alta Autoridade, no sentido de ser mantido no Presídio "São José" um Advogado de Ofício para dar assistência aos internos e encaminhar seus pedidos à Corregedoria, à Procuradoria ou à Direção da Repartição Criminal; h) Portaria determinando a publicação no quadro do Órgão e no Diário Oficial dos atos suscetíveis de recursos; i) Provimento sobre concessão de liminares em pedidos de interdito proibitório, de manutenção e de reintegração de posse; j) Provimento estabelecendo normas para a execução dos serviços relativos aos Registros Públicos, estabelecidos pela Lei 6.015 de 31.12.73, com as alterações introduzidas pela Lei 6.216, de 30.6.75, com vigência a partir de 1o. de janeiro de 1976; k) Circular às Autoridades Judiciárias e Serventuários no sentido de cumprirem a Lei 5.709 de 7.10.71 (Regulamentando a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país, ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil). 2o. — DILIGÊNCIAS efetuadas pessoalmente pelo Corregedor: a) Em Capanema, para sondar a posição da MM Juíza de Direito face a problema político surgido na Comarca; b) Em Nova Timboteua, Irituia, Conceição do Araguaia, Prainha, Óbidos e Acará para Sindicâncias determinadas pelo Conselho da Magistratura ou pelo titular deste Órgão, *ex officio*.

Renovo a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Raymundo Hélio de Paiva Mello

**MOVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO
DO PARÁ DURANTE O ANO DE 1975**

OFÍCIOS EXPEDIDOS E NUMERADOS	1181
OFÍCIOS EXPEDIDOS NÃO NUMERADOS	5
OFÍCIOS RECEBIDOS	286
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	56
TELEGRAMAS RECEBIDOS	22
RECLAMAÇÕES	249
REPRESENTAÇÕES.	26
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA.	47
PARECERES	128
PORTARIAS	21
PROVIMENTOS.	4
CIRCULARES	41
DECISÕES	160
SINDICÂNCIAS	20
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (ABAIXO DISCRIMINADAS)	2
ABERTURA DE INQUÉRITO.	1

Exposição de motivos:

- 1 - Sobre a conveniência de Pretores funcionarem como preparadores nas Varas Criminais, face ao acúmulo de serviço
- 2 - Sobre a delegação de poderes ao Corregedor para autorizar a transferência de presos, não definitivamente julgados, do interior para o Presídio "São José", na hipótese de falta de segurança da cadeia local e inexistência de verba para a alimentação dos mesmos.



**RELATÓRIO APRESENTADO À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA PELO DOUTOR LUIS ERCÍLIO DO CARMO FARIA,
SECRETÁRIO DO TJE**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o Relatório e a estatística desta Secretaria durante o ano de 1975.

Tudo o que poderia ser dito a fim de esclarecer Vossa Excelência sobre os serviços prestados na Secretaria no ano recém-findo está neste sucinto Relatório e minuciosamente discriminado nos mapas demonstrativos anexos, sob minha responsabilidade, cuidadosamente preparados pelos funcionários, cada qual responsável pelas suas informações, cooperando, dessa maneira, para elevar o conceito em que é tida a Secretaria da mais alta Corte de Justiça.

SUBSECRETARIA

Sob a orientação capaz e diligente do dr. Gengis Freire, tem obedecido às suas finalidades.

O dr. Subsecretário secretaria as sessões das Câmaras Isoladas Criminais e Cíveis, encarrega-se da confecção da Revista e Boletim Mensal do Tribunal, supervisionando o serviço de impressão, além de chefiar a Comissão de Tomada de Preços para aquisição de material, etc.

FUNCIONÁRIOS

É de ressaltar que todos os funcionários colaboram no sentido de manter a repartição na mais completa harmonia, procurando desempenhar os seus encargos com zelo e eficiência. Entre os contratados para prestarem serviço, somente um, Paulo Henrique Maia Monteiro, colabora na Secretaria, funcionando no Registro de Acórdão, devendo ser aproveitado no serviço da xerox, a ser brevemente adquirida.

MUSEU JUDICIÁRIO

Recebeu o Museu 1.074 visitantes entre ilustres personalidade nacionais e estrangeiras, Juízes, Advogados, acadêmicos, comissões de estudantes de vários colégios da Capital e o público em geral, deixando, muitos deles, suas impressões no Livro competente, todas transcritas no minucioso Relatório apresentado pela sra. Rita da Costa Jurema, zelosa e eficiente encarregada dos serviços do Museu. Também se encontram registradas as ofertas feitas durante o ano.

BIBLIOTECA

Durante os dois anos passados, o serviço de Biblioteca esteve praticamente paralizado, apenas recebendo livros, revistas, etc, colocados, por falta de estantes, no próprio chão da sala — por falta de um técnico em sua Direção, tendo em vista a licença para interesse particular concedida à dra. Terezinha Nascimento, biblioteconomista, CRBE.

Voltando esta à atividade a 3 de novembro passado, esta sendo regularizado o serviço, inclusive sendo necessário pessoal e material para os respectivos trabalhos.

MATERIAL

Recebeu a Secretaria 7 novas máquinas de escrever marca Olympia, já distribuídas na Sala da Secretaria, no Serviço de Taquigrafia, Gabinete do Secretário, sendo 2 portáteis, mister se fazendo mais outras aquisições para complementação dos serviços, inclusive 1 de somar para a Secretaria e, especialmente, 1 xerox, imprescindível, necessária e urgente.

Para a maioria das Comarcas do Interior e seus respectivos Termos Judiciários, bem assim, o Forum e a Repartição Criminal, a Secretaria do Tribunal, Tesouraria e Serviço de Contabilidade, também foi fornecido material, todo impresso e preparado na máquina off-set do Tribunal e distribuídos de acordo com as possibilidades do Almoxarifado.

ESTÁGIO

O titular da Secretaria, em agosto do ano passado, esteve em São Paulo, fazendo um estágio na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado sulino, visando a Reestruturação da Secretaria e Serviços Auxiliares. Proveitosa, em todos os sentidos, essa viagem, os seus resultados foram apresentados em circunstanciado Relatório a essa Digna Presidência.

REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA

Elaborado há dois anos, está o Regulamento da Secretaria do Tribunal e seus Serviços Auxiliares recentemente revisto e aguardando a designação de uma Comissão para a devida apreciação.

CONCURSO

O Concurso para o preenchimento de vários cargos na Secretaria do Tribunal e para o qual estão escritos mais de 400 (quatrocentos) candidatos, está aguardando as providências para a sua realização.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

Solicito a Vossa Excelência, encarecidamente, fique tal Serviço direta-

mente subordinado a essa douta Presidência pois, na realidade, trata-se de um Órgão cujo Assessor, praticamente o Chefe do Serviço, pertence ao quadro do Gabinete da Presidência do Tribunal, com vida própria e independente.

Precise esta Secretaria qualquer informação, qualquer subsídio e dirija-se ao serviço, e, vice-versa, mediante expediente escrito.

A Vossa Excelência, Senhor Desembargador Ricardo Borges Filho, pelas constantes provas de cortezia, bondade, apreço, compreensão e estima com que sempre me distinguiu, os meus sinceros agradecimentos, com o mais merecido respeito, a mais distinguida consideração e a mais elevada estima.

Belém, 15 de janeiro de 1976

Luis Faria

EXPEDIENTE RECEBIDO PELO TRIBUNAL

OFÍCIOS RECEBIDOS E PROTOCOLADOS.....	70
OFÍCIOS RECEBIDOS E NÃO PROTOCOLADOS.....	156
T O T A L.....	226
APELAÇÕES CÍVEIS DA CAPITAL.....	140
APELAÇÕES CÍVEIS DO INTERIOR.....	22
T O T A L.....	162
APELAÇÃO CÍVEL <u>EX-OFFICIO</u> DA CAPITAL.....	01
APELAÇÃO CÍVEL <u>EX-OFFICIO</u> DO INTERIOR.....	03
T O T A L.....	04
AGRAVOS DA CAPITAL.....	28
AGRAVOS DO INTERIOR.....	04
T O T A L.....	32
AGRAVOS EM MESA.....	03
AGRAVOS DE INSTRUMENTO.....	11
MANDADOS DE SEGURANÇA.....	18
EMBARGOS INFRINGENTES.....	14
AÇÕES RESCISÓRIAS.....	10
DESAFORAMENTOS.....	03
PEDIDOS DE ARQUIVAMENTO.....	01
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	08
RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.....	38
RECURSO ORDINÁRIO.....	01
CARTAS DE SENTENÇA.....	09
DESISTÊNCIAS.....	04
JUNTADAS DE AUTOS.....	05
BAIXADAS DE AUTOS.....	06

RECLAMAÇÕES.....	02
RECONSIDERAÇÕES DE DESPACHO.....	02
IMPUGNAÇÃO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	
CONTESTAÇÃO.....	
REPRESENTAÇÕES.....	03
DENÚNCIA.....	01
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.....	01
CONTRAMINUTA DE EMBARGO.....	01
T O T A L	T O T A L.....143
RECURSOS DA CAPITAL.....	03
RECURSOS DO INTERIOR.....	05
	T O T A L..... 08
ADITAMENTO A EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO.....	01
PEDIDOS DE EFEITO SUSPENSIVO.....	03
RECURSOS <u>EX-OFFICIO</u> DA CAPITAL.....	66
RECURSOS <u>EX-OFFICIO</u> DO INTERIOR.....	20
	T O T A L..... 86
APELAÇÕES PENAIIS DA CAPITAL.....	17
APELAÇÕES PENAIIS DO INTERIOR.....	13
	T O T A L..... 30
RECURSO PENAL DA CAPITAL.....	01
RECURSO PENAL DO INTERIOR.....	01
	T O T A L..... 02
HABEAS CORPUS DA VARA PENAL.....	02
<u>HABEAS CORPUS</u> ORIUNDO DA 4a. VARA PENAL...	03
RECURSO ORIUNDO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR	01
CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO.....	01
HABEAS CORPUS DA 6a. VARA PENAL.....	01

CARTA PRECATÓRIA DO PARANÁ.....	
ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO.....	01
EXCEÇÕES DE SUSPEIÇÃO DA CAPITAL.....	03
EXCEÇÕES DE SUSPEIÇÃO DE BRASÍLIA.....	01
PEDIDOS DE DIÁRIAS.....	07
LICENÇAS.....	102
COMUNICAÇÕES.....	154
CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO.....	27
SALÁRIO-FAMÍLIA.....	01
EXONERAÇÕES.....	09
NOMEAÇÕES.....	44
REMOÇÕES.....	12
RECONDUÇÕES.....	16
APOSENTADORIAS.....	05
T O T A L.....	384
TOTAL GERAL.....	1.084

No período de 6 de fevereiro a 28 de novembro de 1975, foram lavradas 312 atas, conforme dis criminação abaixo:

	Sessões Ordinárias	Sessões Extraordinárias	Total
1a. Câm. Penal Isolada	36	-	36
2a. Câm. Penal Isolada	36	-	36
3a. Câm. Penal Isolada	38	-	38
1a. Câm. Cível Isolada	36	-	36
2a. Câm. Cível Isolada	36	-	36
3a. Câm. Cível Isolada	38	-	38
Câm. Reunidas Penais	35	1	36
Câm. Reunidas Cíveis	35	-	35
Tribunal Pleno	18	3	21
T O T A L	308	4	312

Total de votos proferidos pelos Exmos. Srs. Desembargadores no Egrégio Tribunal Pleno, como Relatores, durante o ano de 1975, assim discriminados:

DESEMBARGADORES

Ricardo Borges Filho.....	6
Aluizio Leal.....	-
Oswaldo Pojucan Tavares.....	1
Agnano Monteiro Lopes.....	-
Silvio Hall de Moura.....	-
Lydia Dias Fernandes.....	2
Manoel Cacella Alves.....	-
Antonio Koury.....	-
Edgard Vianna.....	-
Ary Silveira.....	-
Edgar Lassance Cunha.....	1
Manoel de Christo Alves Filho.....	-
Raymundo Hélio de Paiva Mello.....	-
TOTAL.....	10

OBS: Licenciados os Exmos. Srs. Desembargadores Maurício Cordovil Pinto e Eduardo Mendes Pa triarcha.

Total de votos proferidos pelos Exmos. Srs. Desembargadores nas Câmaras Reunidas, como Relatores, durante o ano de 1975, assim discriminados:

Desembargadores	Câmaras Reu Cíveis	Camaras Reu Criminais	Tota
Cacella Alves	2	100	102
Aluízio Leal	-	35	35
Pojucan Tavares	1	6	7
Agnano Lopes	1	-	1
Silvio H. de Moura	5	-	5
Lydia Fernandes	3	-	3
Antonio Koury	6	-	6
Ricardo B. Filho	1	-	1
Edgard Vianna	3	-	3
Ary Silveira	2	-	2
Lassance Cunha	1	-	1
Christo A. Filho	1	-	1
Ossiam Almeida	1	-	1
Calixtrato Mattos	3	-	3
Stéleo Menezes	3	-	3
T O T A L	32	141	173

Total de feitos julgados pelos Exmos. Srs. Desembargadores nas Câmaras Isoladas, como relatores, durante o ano de 1975, assim discriminados:

1as. Câmaras.....	81
2as. Câmaras.....	145
3as. Câmaras.....	99
TOTAL.....	325

1as. CÂMARAS ISOLADAS

Desembargadores	Câmara Penal	Câmara Cível	Total
Aluízio Leal	-	-	-
Oswaldo P. Tavares	8	18	26
Agnano Lopes	4	6	10
Sílvio H. de Moura	-	2	2
Ossiam Almeida	7	7	14
Calixtrato Mattos	-	1	1
Stéleo Menezes	16	11	27
Romão Amoedo	-	1	1
T O T A L	35	46	81

2as. Câmaras Isoladas

Desembargadores	Câmara Penal	Câmara Cível	TOTAL
Sílvio H.de Moura	10	26	36
Lydia Fernandes	10	31	41
Antonio Koury	10	28	38
Calixtrato Mattos	6	17	23
Edgard Vianna	4	3	7
T O T A L	40	105	145

3as. Câmaras Isoladas

Desembargadores	Câmara Penal	Câmara Cível	TOTAL
Edgard Vianna	6	18	24
Ary Silveira	7	20	27
Lassance Cunha	6	17	23
Christo Alves	8	17	25
T O T A L	27	78	99

CONSELHO DA MAGISTRATURA
SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES ORDINÁRIAS.....	14
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	1

APRECIADOS E JULGADOS

RECURSOS PENAIS.....	2
RECURSOS CÍVEIS.....	9
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA.....	3
REPRESENTAÇÕES.....	10
SINDICÂNCIA.....	1
INSCRIÇÃO NO PECÚLIO JUDICIÁRIO.....	1
T O T A L.....	26

R E L A T O R E S

Des. Oswaldo Pojucan Tavares..	7
" Edgar Lassance Cunha.....	6
" Ary da Motta Silveira....	4
" Manoel Christo Alves Filho	4
T O T A L.....	21
ACÓRDÃOS ENTREGUES.....	18

AUTORIZAÇÕES PARA VIAGENS DE MENORES
(JULHO A DEZEMBRO DE 1975)

POSTO DO AEROPORTO DE VAL-DE-CANS.....	905
POSTO DO TERMINAL RODOVIÁRIO.....	4450
T O T A L	5355

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Desembargador	RICARDO BORGES FILHO Presidente
Desembargador	MANOEL CACELLA ALVES Vice-Presidente
Desembargador	RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO Corregedor
Desembargador	ALUÍZIO DA SILVA LEAL
Desembargador	OSWALDO POJUCAN TAVARES
Desembargador	AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES
Desembargador	SÍLVIO HALL DE MOURA
Desembargador	MANOEL CACELLA ALVES
Desembargadora	LYDIA DIAS FERNANDES
Desembargador	ANTÔNIO KOURY
Desembargador	EDGARD AUGUSTO VIANNA
Desembargador	ARY DA MOTTA SILVEIRA
Desembargador	EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA
Desembargador	MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO
Desembargador	NÉLSON RODRIGUES AMORIM

MINISTÉRIO PÚBLICO

Dr.	ALMIR DE LIMA PEREIRA Procurador Geral do Estado
Dr.	AFONSO DE LIGORIO BOUTH CAVALLERO 1o. Subprocurador Geral
Dr.	AFONSO PINTO DA SILVA 2o. Subprocurador
Dra.	EDITH MARÍLIA MAIA CRESPO Secretária do Ministério Público

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Dr.	LUIS ERCÍLIO DO CARMO FARIA Secretário do Tribunal
Dr.	GENGIS FREIRE DE SOUZA Subsecretário

041.41250701112111

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório da Presidência : exercício de 1975.



25913

1551

Ex.1 TJE-PA BTS

N.Cham. 341 161 R273a F